De volta ao arroz com feijão



Foto: Karime Xavier/Folhapress

Antonio Delfim Netto

Ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1951, Antonio Delfim Netto tem sua trajetória marcada por extremos, de ministro da Fazenda durante o milagre econômico a interlocutor eventual da presidente Dilma na era PT. Também foi chefe da pasta do Planejamento em plena crise do petróleo, que gerou inflação e recessão, ministro da Agricultura e deputado Constituinte. Essa vivência ao longo dos últimos 50 anos na vida política e econômica brasileira, talvez justifique sua calma frente ao alerta vermelho de diversos analistas sobre a situação fiscal e a pressão inflacionária. "Vamos eliminar essa ideia de que estamos com o apocalipse na esquina", afirma, mas reconhecendo a necessidade de ajustes. "Não podemos mais transformar empréstimo em receita, pois empréstimo não é recurso", diz, indicando que, em matéria fiscal, o melhor é abandonar a alquimia e voltar ao "arroz com feijão bem preparado".

***Conjuntura Econômica* — Em sua última entrevista à revista em meados de 2011, na qual analisava as transformações que ocorriam na economia mundial, o senhor declarou: "em primeiro lugar, é preciso dizer que quem não estiver confuso, está mal informado". Poderíamos falar o mesmo do atual cenário de descontentamento da população brasileira?**

Delfim Netto — Seguramente, hoje essa frase vale ainda mais. Acho que aquela confusão gerou esse movimento que estamos vivendo, e que revela algumas coisas. Entre elas, um desejo que mostra que as prioridades do governo não eram as prioridades que a sociedade queria, e que as prioridades da sociedade não cabem no PIB. Parece-me que nunca foi tão importante mostrar para a sociedade que existem limitações físicas. Que a mesma areia e aço que são usados na construção de um estádio podem ser usados na construção do metrô, mas não podem ser usados na construção dos dois. Porque a quantidade de fatores é limitada, ainda mais no Brasil de hoje, que está praticamente com pleno emprego de mão de obra. O crescimento só pode ser feito através de uma elevação da produtividade da mão de obra. E essa elevação não depende apenas da educação e da saúde desses trabalhadores, mas da quantidade de capital que cada unidade de mão de obra pode dispor. Ou seja, essa produtividade só pode crescer através do investimento. Como o PIB está constante, cresce muito pouco, o investimento tem que ser feito substituindo alguma coisa: ou o consumo privado, ou o consumo do governo, ou o investimento, ou um aumento do déficit em conta-corrente. Parece-me que nunca foi tão importante tentar mostrar para a voz da rua que é ótimo que ela mostre quais são seus desejos, mas que existe um limite para o atendimento disso. Na verdade, a única coisa certa na teoria econômica inteira é a contabilidade nacional. Qualquer tentativa de

violar a contabilidade nacional não se realiza. Pode produzir mais inflação, mais confusão, mais déficit em contas-correntes.

Qual a sua avaliação das manifestações?
Esse descontentamento expresso na rua está na direção civilizatória, é um passo na direção da sociedade que nós queremos e que está implícita na Constituição de 1988. Que sociedade é essa? Uma sociedade republicana, onde todos são sujeitos a mesma lei, inclusive o Estado. Uma sociedade democrática, onde o poder incumbente é escolhido na urna no dia certo, na hora certa, e a apuração é sem confusão. É uma sociedade onde você quer a plena liberdade do indivíduo para poder se realizar como pessoa, você quer uma relativa igualdade, e quer certa eficiência produtiva. A eficiência produtiva não é um fim em si. É simplesmente um instrumento civilizador, para dar ao homem a possibilidade de se humanizar, de se realizar fora do trabalho material, de se construir como ser humano. Esse processo começou na Suméria, e desde então o homem veio escolhendo mecanismos como se fosse uma seleção natural, um movimento para organizar a sociedade e satisfazer esses três desejos: liberdade total, relativa igualdade e eficiência produtiva. Mas esses objetivos não são inteiramente compatíveis. Então você tem que encontrar um mecanismo que promova uma aproximação sucessiva dos três. Que mecanismo é esse? De um lado, é o mercado; de outro, é a urna. Quando o mercado exagera, a urna vem e corrige; quando a urna exagera, o mercado vem e come a urna. Você tem um jogo dialético entre essas duas instituições e converge, em minha opinião, para acelerar esse processo de seleção natural e atingir a sociedade que nós desejamos. Esse movimento na rua é simplesmente uma faísca. O risco são reações um pouco esquizofrênicas como as que a sociedade promoveu. O Brasil lembrou de novo aquela ideia de que é um *Tiranossaurus rex* de 30 metros de comprimento: você põe fogo no rabo dele, e leva meia hora para a informação chegar ao cérebro; ele processa, depois de meia hora a mensagem volta, e ele vira o rabo para o lado errado.

A soma dessas manifestações à atual situação macroeconômica – que demandaria ajustes pouco populares para romper o modelo expansionista vigente – deverá custar caro ao governo?
Em primeiro lugar, vamos eliminar essa ideia de que estamos com o apocalipse na esquina. De fato, a situação fiscal não é nada confortável. Mas temos um déficit nominal de 3%, um superávit primário de 2%, os gastos com juros são 5%. Podia ser um pouco menos, um pouco melhor, mas não há nenhum desarranjo maior nesse processo. Esse déficit nominal vem diminuindo desde o Plano Real. O que eu acho é que fizemos muita alquimia contábil. Estou cada vez mais convencido de que, em matéria fiscal, temos que esquecer todas as sofisticações. Temos que ir para o arroz com feijão bem preparado. Ou seja, entender que déficit e dívida estão ligados por uma identidade. Se você faz isso, você verá que o endividamento brasileiro é muito superior ao que está registrado, e que fomos mexendo tanto na estimativa da dívida líquida que ela não faz mais o menor sentido. Isso tirou do governo uma grande margem de manobra na política fiscal. Isso, entretanto, não é uma desgraça, não significa que iremos explodir. Só significa que não adianta mais imaginar que dívida é recurso.

Analistas apontam que a redução do superávit, tanto quanto o aumento da pressão inflacionária, vem do esgotamento do modelo optado pelo go-

É claro que estamos com uma inflação desagradável, de 6%, mas boa parte dessa discussão se refere ao fato de que ela nunca foi muito menor do que é hoje. Há dez anos a inflação namora o teto superior. Só que dez anos atrás a taxa de juros real era de 10% ao ano. Hoje, é de 1,5%. E ganhar a vida honestamente é muito mais difícil

verno para estimular o crescimento. O senhor concorda?
É claro que estamos com uma inflação desagradável, de 6%, mas boa parte dessa discussão se refere ao fato de que ela nunca foi muito menor do que é hoje. Há dez anos a inflação namora o teto superior. Só que dez anos atrás a taxa de juros real era de 10% ao ano. Hoje, é de 1,5%. E ganhar a vida honestamente é muito mais difícil.

A indústria talvez seja o último gueto da economia brasileira que tem fatores de produção disponíveis. Ela está operando abaixo da sua capacidade e não dispensou sua mão de obra devido ao alto custo da dispensa, além da perda de trabalhadores treinados, com a cultura da empresa

Um dos fatores que colaborou para mitigar a inflação em anos anteriores foi o alto preço das *commodities* que exportamos, e isso abriu espaço a importações de bens de consumo. A tendência, entretanto, é de que esse cenário mude. Isso não preocupa?
O aumento das relações de troca ajudou a conter a inflação. A renda sempre cresceu mais do que o PIB. A partir de 2011, aconteceu o contrário. Hoje, no controle da inflação, acho que só cinco ou seis países no mundo têm taxas acima de 5%. Realmente estamos numa situação desagradável. Mas não significa uma tragédia. Onde eu acho que há uma situação mais complicada, a despeito de ter reservas, é no saldo comercial. Graças a essa redução das relações de troca, você está caminhando para um saldo comercial negativo. Os economistas podem dizer: não tem importância, porque são só 3,5% do PIB. Mas serão US$ 75 bilhões este ano, que têm de ser financiados. Isso coloca uma interrogação sobre a taxa de câmbio. Era visível que isso ia acontecer, mas o câmbio não é uma variável contínua. Então, no primeiro momento que o governo amarelar quando tiver que usar um pedaço da reserva para cobrir buraco em contas-correntes, se não tiver mudado adequadamente, vai pegar um *overshooting* cambial e terá um problema complicado. O governo fica mais rico, porque tem a reserva, mas destrói o resto do setor privado. Não os bancos, pois como há uma regra de que *assets* e *liabilities* são coordenadas e não podem passar de 5% do patrimônio, não haverá risco. Mas os clientes dos bancos que tomaram empréstimos em dólares, aqueles que não têm *hedges* naturais porque não são exportadores, esses não vão pagar suas dívidas. Então, acompanhando o problema cambial, você terá uma situação financeira muito delicada. Esse, em minha opinião, é o aspecto mais delicado para o futuro.
Agora, tudo que está aí é produto da política econômica que nós executamos. Quando, depois de 2009, estimulou-se um aumento fantástico dos salários nominais muito acima da produtividade física do trabalho, e estimulou-se simultaneamente uma subvalorização do real por causa da taxa de juros mais alta, houve uma valorização dramática do câmbio que produziu um enfraquecimento principalmente do setor industrial. A indústria ficou prisioneira desse mecanismo porque o setor de serviços não tem competição externa e pode ajustar salário e preço, e o setor industrial não pode. Você substituiu todos os aumentos de consumo que eram produzidos pelo aumento da renda, que estava artificialmente sendo empurrada para cima, com produtos importados. A indústria talvez seja o último gueto da economia brasileira que tem fatores de produção disponíveis. Ela está operando abaixo da sua capacidade e não dispensou sua mão de obra devido ao alto custo da dispensa, além da perda de trabalhadores treinados, com a cultura da empresa.

Qual sua expectativa para nossas exportações, sobretudo de *commodities*?
O setor agroindustrial vai sofrer enormemente. Terá uma queda daquela renda que escondia as

ineficiências da infraestrutura, e estas emergirão. As taxas de retorno do setor cairão, pois ainda levará anos para solucionar a questão logística que afeta o setor. Temos muita produtividade na agricultura, mas não temos logística. Não é apenas a relação de troca que cairá. A renda vai crescer menos do que o PIB. O setor será pressionado por uma redução de lucro. Por outro lado, destruímos o setor exportador industrial. Por isso, eu acho que, em quatro ou cinco anos para frente, o problema crítico do Brasil será o financiamento do seu buraco em contas-correntes.

Acelerar a educação não é um problema necessário só para a produção: é a salvação da economia e da democracia. No caso da saúde, não precisamos de um ministério, mas de um conselho que reúna deputados e secretários para determinar a sua orientação. Saúde acontece no município. Em Brasília não tem ninguém que tenha saúde

Hoje, temos mais musculatura para enfrentar esse problema que no passado?
Sim, muito. Não há razão para imaginar uma desgraça. Ainda temos tempo para corrigir isso. Mas é preciso pensar. Temos que atacar a infraestrutura, e precisamos permitir que o câmbio se corrija.

Que influência os sinais positivos de recuperação econômica dos Estados Unidos — com uma redução gradual de estímulos pelo Fed e aumento da taxa de juros no país — e a desaceleração da China poderão trazer a esse cenário?
Os Estados Unidos são o único país que tem as duas coisas que promovem crescimento: inovação e crédito. Agora se soma a isso uma revolução energética, com o *shale gas*. Também estão corrigindo déficit em contas-correntes, e a relação déficit/PIB, reduzindo déficit fiscal. Os EUA estão no caminho de uma recuperação. Crescerão em torno de 2%, 2,5%. Também vale lembrar que a Europa está voltando. Os déficits fiscais caíram enormemente e os déficits em conta-corrente caminham todos para zero. Enquanto estamos aqui, eles estão se arrumando — com confusão, gente na rua, desemprego, mas estão caminhando para corrigir. E a China, em seu processo de desaceleração, tem o problema de ter de trocar o pneu do caminhão com ele andando.
Os reflexos desse contexto serão todos negativos. Os EUA ainda são o local para o qual exportamos produtos industriais. A China seguramente contribuirá para uma queda ainda mais acelerada dos preços de *commodities*. Ou seja, esse contexto, com destaque à elevação das taxas de juros dos EUA, direcionará o movimento de capitais, de forma que teremos uma confusão, um agravamento do déficit em contas-correntes e uma redução do capital para financiar. Teremos de usar as reservas.
No caso do câmbio, acaba-se corrigindo. Demora menos: cerca de dois anos, dois anos e meio. Agora, o que eu acho é que não tem como imaginar que o câmbio não vá subir. E o efeito sobre a inflação é muito menor do que se imagina. Modelos do Banco Central mostram que você tem aí uma elasticidade de 0,4, 0,5. Nosso problema é que acabou a margem de endividamento. Tudo aquilo que fazemos para compensação do câmbio acaba em operação compromissada, que é endividamento. Os graus de liberdade na economia brasileira diminuíram bastante.

A questão cambial poderá significar ao menos um alento para o setor exportador?
Eu acho que essa mudança do câmbio terá menos efeito para estimular as exportações, porque a demanda externa está murcha, por conta da queda da renda no mundo. Mas deverá ter um papel importante na substituição de parte das impor-

tações. Não é possível que o Brasil não produza mais um ferro elétrico, um liquidificador. Não tem nada a ver com essa teoria de que a produtividade brasileira é baixa. É empiricamente comprovável que, dentro da fábrica, o trabalhador, a homem/hora no Brasil é equivalente à da China. As diferenças estão fora da fábrica. Essa ideia de que o chinês é muito eficiente é verdadeira, mas à custa de subsídios gigantescos e de outro tipo de organização social, de relação trabalhista. O que aconteceu, na verdade, é que nos violentamos. O Brasil foi o único país do mundo que disse que a China é uma economia de mercado. E a indústria pagou um preço caríssimo por isso. De fato, há 35 anos não se fazem investimentos em infraestrutura importantes. Foi-se destruindo, consumindo a infra que se tinha. Agora mesmo saiu um estudo da consultoria McKinsey que mostra que é assustadora a posição brasileira diante do mundo em matéria de infraestrutura. E tudo isso está se buscando corrigir.

Os esforços do governo em atrair investimentos poderão ser impactados pela tendência de contenção de reajustes das tarifas de serviços públicos, como resultado das manifestações?
Já se introduziu uma enorme insegurança. Quando o governo federal não aumenta o pedágio e negocia com o concessionário a não realização de investimentos, introduz uma insegurança jurídica monumental. Pois quem é que não está cumprindo contrato? É o concessionário. Daqui a quatro anos, o Ministério Público vai dizer para o concessionário: você não cumpriu o contrato. E quem tomou essa medida pode estar fora.

Hiperativismo na direção certa é muito bom. Nesse caso, o que houve foi uma resposta equivocada. Estava tudo bem nas ruas. Ia numa direção civilizatória. Tinha uma briga aqui, outra ali, mas era um movimento que se autocoordenava. A resposta, em minha opinião, foi esquizofrênica, tanto do Legislativo quanto do Executivo

Isso é resultado de um hiperativismo do governo?
Hiperativismo na direção certa é muito bom. Nesse caso, o que houve foi uma resposta equivocada. Estava tudo bem nas ruas. Como eu mencionei, ia numa direção civilizatória. Tinha uma briga aqui, outra ali, mas era um movimento que se autocoordenava. A resposta, em minha opinião, foi esquizofrênica, tanto do Legislativo quanto do Executivo. O Congresso votou dez coisas que estavam lá há 14 anos, e todas erradas. O próprio governo não teve tranquilidade para tentar entender o que estava acontecendo e dizer: vamos fazer o que é possível. Não adianta anunciar R$ 50 bilhões em mobilidade urbana sem saber de onde vem o dinheiro. E o problema da educação e da saúde no Brasil não é de recurso, mas de gestão.
Acelerar a educação não é um problema necessário só para a produção, não: é a salvação da economia e da democracia. No caso da saúde, não precisamos de um ministério, mas de um conselho que reúna deputados e secretários para determinar a sua orientação. Saúde acontece no município. Em Brasília não tem ninguém que tenha saúde. Hoje, eu ponho R$ 1 em Brasília que eu tirei dos estados, que vai sendo consumido no meio do caminho, e devolvo R$ 0,20. O orçamento é uma ficção. Acho que a solução seria um orçamento de base zero. Começar de novo. Existem milhares de programas que não têm nenhum papel além de sustentar o sujeito que estava sentado na cadeira. É uma questão de administração. Não adianta dizer que vai destinar 10% para saúde, 10% para educação, fazer meia-entrada, dar subsídio ao combustível, e a Cide para economia nos transportes. Tudo isso é só confusão. Como eu disse, o que o Brasil está precisando é de um arroz com feijão benfeito.
Essa mesma lógica está sendo usada para a destinação dos recursos do pré-sal...
Esse é um tema fundamental. Se não soubermos administrar esses recursos, será uma tragédia. Acho que, no caso do pré-sal, deveríamos partir

para usar a velha lei. Funcionou maravilhosamente nessas últimas concessões. Não há nenhuma razão para a Petrobras ser obrigada a participar com um terço em todos os blocos. Você pode fazer o regime de partilha simplesmente aumentando sua participação. Já nesse regime de partilha oficial, você precisa de uma estatal (PPSA) para estimar como funciona o custo. Vai ter que discutir se o charuto que o gerente fuma é custo ou não. Ou seja, as empresas vão ganhar a concessão, mas depois haverá mais três anos de discussão para saber o que é custo. Eu olho para a Austrália e morro de inveja. A Austrália descobriu o *shale gas*, em 2011, e neste primeiro semestre vai entregar gás à China e ao Japão. Nós recebemos a informação de que o pré-sal existia em 2003. E ainda em 2012 discutíamos como vamos fazer. Provavelmente, somente entre 2017 e 2020 é que veremos o início efetivo disso.

É preciso melhorar a administração. Fixar as taxas de retorno das concessões, por exemplo, é um experimento inútil, porque o risco está mudando todo dia. O risco hoje é muito maior do que há duas semanas. Não adianta não aceitar. Quando se fizer o primeiro leilão, valerá o risco daquele instante. Precisamos nos concentrar em fazer bons projetos. Ter bons projetos executivos e programas de execução. Chamar quem entenda de leilão. Talvez o leilão seja o setor na microeconomia que teve o maior progresso nos últimos anos. Assim formularemos o leilão que queremos, deixando o mercado fixar a taxa de retorno.

Mesmo com a necessidade de tantos ajustes, o senhor mantém sua defesa de que o governo está na direção certa?

Sim. A medida da renovação de concessões do setor da energia, por exemplo, foi correta. Não violou contrato, só não precisava ser feita da maneira que foi. Poderia esperar vencer os contratos, e o preço da energia cairia muito mais. A energia da concessão de Três Irmãos, por exemplo, cairá muito mais do que a redução provocada pela intervenção do governo. O negócio dos portos também está absolutamente correto, mas a forma de fazer está produzindo muito atrito. Agora mesmo, essa medida sobre o problema dos médicos, me parece certo pedir a quem se beneficiou de um estudo gratuito durante seis anos que dê uma colaboração de dois anos. Mas isso tinha que ter sido feito de forma mais harmoniosa. As coisas estão na direção certa e vão produzir resultados em dois, três, quatro anos, ainda que, em geral, estejam produzindo um calor gigantesco no curto prazo.

Mas há um descrédito importante que já se refletiu nos índices de popularidade da presidente e se concentra na equipe econômica...

Esse ataque *ad hominem* ao ministro Guido Mantega é absolutamente injusto. Ele é um profissional competente que leu os mesmos livros que nós. Quem está no governo sabe que lá é tudo mais difícil do que quem está sentado do lado de fora pensa. Não é uma questão de nomes. Ele cumpre um papel que é uma política de governo, e tem consciência clara de que o problema fiscal é crítico. Houve, sim, um laxismo, a partir de 2009, e estou convencido de que agora é necessária uma luz do sol sobre tudo isso. Temos que calcular direito o déficit e a dívida. Vai dar um número triste? Sim. Mas saber que o número é triste é o primeiro passo para corrigi-lo. Volto a insistir: não podemos mais transformar empréstimo em receita, pois empréstimo não é recurso. Quando financio empréstimos com dívida pública simplesmente estou usando recursos que alguém usaria melhor do que eu. ■

É preciso melhorar a administração. Fixar as taxas de retorno das concessões, por exemplo, é um experimento inútil, porque o risco está mudando todo dia. O risco hoje é muito maior do que há duas semanas. Não adianta não aceitar. Quando se fizer o primeiro leilão, valerá o risco daquele instante. Precisamos nos concentrar em fazer bons projetos